Diário Oficial

2025 | Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00991/2025)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Pirapora do Bom Jesus/SP	**CNPJ:**	46.523.007/0001-99
Endereço:	PRAÇA DOS PODERES MUNICIPAIS N.57		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	06550-000
Telefone:	01141313653	**Fax:**	
E-mail:	contabilidade@piraporadobomjesus.sp.gov.br		
Representante	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO		
CPF:	287.113.098-14		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	
E-mail:	convenios@piraporadobomjesus.sp.gov.br	**Data início da**	01/01/2025

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom	**CNPJ:**	59.055.145/0001-32
Endereço:	Rua Bom Jesus, 20		
Bairro:	Centro	**CEP:**	65500-00
Telefone:	114131-3735	**Fax:**	
E-mail:	contato@piraporaprev.sp.gov.br		
Representante	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA		
CPF:	297.510.518-51		
Cargo:	Presidente	**Complemento:**	
E-mail:	camilla@piraporaprev.sp.gov.br	**Data início da**	04/01/2023

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 1382/2025 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom Jesus é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Pirapora do Bom Jesus da quantia de R$ 7.415.532,43 (sete milhões e quatrocentos e quinze mil e quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos), correspondentes aos valores do Contribuição Segurados - EC- 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2012 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Pirapora do Bom Jesus confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 7.415.532,43 (sete milhões e quatrocentos e quinze mil e quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 24.718,44 (vinte e quatro mil e setecentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 24.718,44 (vinte e quatro mil e setecentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), vencerá em 10/02/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscidos de juros legais simples de 0,42% ao mês (zero vírgula quarenta e dois por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgula/zero vírgula por cento), conforme Lei nº 1382/2025.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00991/2025)

responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,42% ao mês (zero vírgula quarenta e dois por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,42% ao mês (zero vírgula quarenta e dois por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Pirapora do Bom Jesus - SP / 17/12/2025

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00991/2025)

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
30711309814	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
29751051851	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
30711309814	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 12:35:55.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186768&crc=A121199, informando o código verificador: 2186768 e código CRC: A121199.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00991/2025)

DECLARAÇÃO

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00991/2025, firmado entre o/a Pirapora do Bom Jesus e o Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom Jesus em 17/12/2025, foi publicado em ____/____/_____ no

( ) mural
( ) jornal _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____
( ) Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Pirapora do Bom Jesus, ____/____/_____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
30711309814	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
29751051851	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
30711309814	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 12:35:55.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186768&crc=A121199, informando o código verificador: 2186768 e código CRC: A121199.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00991/2025	Data	11/12/2025
Valor consolidado	7.415.532,43	Valor da prestação inicial	24.718,44
Número prestações	300	Vencimento 1ª prestação	10/02/2026

DEVEDOR

Ente Federativo	Pirapora do Bom Jesus/SP	CNPJ	46.523.007/0001-99
Representante Legal	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	CPF	287.113.098-14
Conta do FPM para	Banco do Brasil / Agência nº 1596-2	Conta nº	70102-5

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom Jesus	CNPJ	59.055.145/0001-32
Representante Legal	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	CPF	297.510.518-51
Conta para crédito	Banco do Brasil / Agência nº 1596-2	Conta nº	38475-5

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido terme de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
2.1 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e
2.3 – O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Pirapora do Bom Jesus/SP - 17/12/2025

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
30711309814	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
29751051851	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
30711309814	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

2025 | Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2025)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Pirapora do Bom Jesus/SP	**CNPJ:**	46.523.007/0001-99
Endereço:	PRAÇA DOS PODERES MUNICIPAIS N.57		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	06550-000
Telefone:	0114131-3653	**Fax:**	
E-mail:	contabilidade@piraporadobomjesus.sp.gov.br		
Representante	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO		
CPF:	287.113.098-14		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	
E-mail:	convenios@piraporadobomjesus.sp.gov.br	**Data início da**	01/01/2025

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom	**CNPJ:**	59.055.145/0001-32
Endereço:	Rua Bom Jesus, 20		
Bairro:	Centro	**CEP:**	65500-00
Telefone:	114131-3735	**Fax:**	
E-mail:	contato@piraporaprev.sp.gov.br		
Representante	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA		
CPF:	297.510.518-51		
Cargo:	Presidente	**Complemento:**	
E-mail:	camilla@piraporaprev.sp.gov.br	**Data início da**	04/01/2023

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 1382/2025 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom Jesus é CREDOR junto ao DEVEDOR Municipios de Pirapora do Bom Jesus da quantia de R$ 70.530.267,64 (setenta milhões e quinhentos e trinta mil e duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal - EC 135 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2003 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municipios de Pirapora do Bom Jesus confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 70.530.267,64 (setenta milhões e quinhentos e trinta mil e duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 235.100,89 (duzentos e trinta e cinco mil e cem reais e oitenta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 235.100,89 (duzentos e trinta e cinco mil e cem reais e oitenta e nove centavos), vencerá em 10/02/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,42% ao mês (zero vírgula quarenta e dois por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgulazero vírgula por cento), conforme Lei nº 1382/2025.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2025)

responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,42% ao mês (zero vírgula quarenta e dois por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,42% ao mês (zero vírgula quarenta e dois por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Pirapora do Bom Jesus - SP / 17/12/2025

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2025)

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
28711308614	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
29151051851	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
28711308614	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 12:35:56.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186750&crc=D53615D0, informando o código verificador: 2186750 e código CRC: D53615D0.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00989/2025)

DECLARAÇÃO

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00989/2025, firmado entre o/a Pirapora do Bom Jesus e o Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom Jesus em 17/12/2025, foi publicado em ____/____/_____ no

( ) mural
( ) jornal _____ - Edição nº _____ do _____/_____/_____
( ) Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Pirapora do Bom Jesus, ____/____/_____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
28711308614	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
29151051851	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
28711308614	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 17/12/2025 12:35:56.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2186750&crc=D53615D0, informando o código verificador: 2186750 e código CRC: D53615D0.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00989/2025	Data	17/12/2025
Valor consolidado	70.530.267,64	Valor da prestação inicial	235.100,89
Número prestações	300	Vencimento 1ª prestação	10/02/2026

DEVEDOR

Ente Federativo	Pirapora do Bom Jesus/SP	CNPJ	46.523.007/0001-99
Representante Legal	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	CPF	287.113.098-14
Conta do FPM para	Banco do Brasil / Agência nº 1596-2	Conta nº	70102-5

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdencia e Assistencia Social de Pirapora do Bom Jesus	CNPJ	59.055.145/0001-32
Representante Legal	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	CPF	297.510.518-51
Conta para crédito	Banco do Brasil / Agência nº 1596-2	Conta nº	38475-5

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
2.1 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e
2.3 – O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Pirapora do Bom Jesus/SP - 17/12/2025

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*)

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
28711308614	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 17/12/2025
29151051851	CAMILLA VEGIATO DOMINGUES DE OLIVEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 17/12/2025
28711308614	GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 17/12/2025

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

2025 I Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PREFEITURA PIRAPORA DO BOM JESUS — cresce bem fé bem história
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO SOCIAL
CMDCA

Lei Federal 8069/90 – Lei Municipal 540/97 alterada pela Lei 1.157/18 CMDCA
Sala dos Conselhos: Rua Cecília Meirelles, 35, Vila Nova, Pirapora do Bom Jesus/SP – CEP: 06550-000. Telefone: (11) 4131.1596 | E-mail: cmdca@piraporadobomjesus.sp.gov.br

Processo Administrativo (1doc-memo nº 459/2025 - 02)

- TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO SOCIAL E ASSOCIAÇÃO NOVAS TRILHAS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (SCFV) PARA CRIANÇAS DE 6 A 12 ANOS INCOMPLETOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL.

Prazo de Execução: 1º de julho à 31 de dezembro de 2025.

- Valor: **R$ 34.763,56 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais, e cinquenta e seis centavos)** oriundos do **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** com deposito/transferência eletrônica para o **CAIXA ECONOMICA FEDERAL, agencia 3149 – conta corrente pessoa jurídica nº 1655-5** de titularidade da entidade **ASSOCIAÇÃO NOVAS TRILHAS, CNPJ nº 04.650.146/0001-33.**

- Lei Municipal Autorizadora: 1.359 de 27 de junho de 2.025.

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 257 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

"Cria o Gabinete do Prefeito e a Secretaria da Mulher, altera denominações, cria cargos e funções, acrescentando atribuições de livre nomeação e funções gratificadas, cria cargos de livre nomeação e exoneração e funções de confiança".

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe foram conferidas,

FAZ SABER que faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criado o Gabinete do Prefeito na Estrutura Administrativa da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, instituída na Lei Complementar nº. 112, de 23 de março de 2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Fica criado o cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, de Chefe de Gabinete.

Parágrafo único. As atribuições da Chefia de Gabinete correspondem às atribuições de sua respectiva unidade administrativa e o subsídio mensal será o valor definido na legislação vigente, correspondente ao de Secretário Municipal.

Art. 3º. Fica criada, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Pirapora do Bom Jesus, a **Secretaria da Mulher**, como órgão integrante da estrutura administrativa prevista na Lei Municipal nº 112/2010.

Art. 4º. A **Secretaria da Mulher** integrará a estrutura organizacional do Poder Executivo, observadas as diretrizes de planejamento, coordenação administrativa, legalidade, eficiência e controle.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, as adequações administrativas necessárias à implementação da **Secretaria da Mulher**, inclusive quanto à sua vinculação administrativa, estrutura interna e funcionamento, observado o limite da legislação vigente.

Art. 6º. Ficam criados 1 (um) cargo de Secretário Municipal, referência CCAD-01; 1 (um) de Chefe de Gabinete, Referencia CCAD-01; 3 (três) cargos de Coordenador Administrativo passando, para 4 (quatro) cargos de Coordenador Administrativo, Referência CCAD-03 e 2 (dois) cargos de Diretor, passando para 28 (vinte e oito) cargos de Diretor, referência DAC-03, cujas atribuições e competências são aquelas previstas na Lei Complementar nº 237/2025, de acordo com o anexo I, cujas tabelas 1 e 3 passam a vigorar com as alterações previstas na presente Lei.

Parágrafo Único. Fica criado o 1 (um) Cargo de Coordenador Municipal de Trânsito, Referência CCAD-03, cujas atribuições serão as constantes do Anexo I desta Lei, acrescido na Tabela 4 do Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 237/2025.

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Art. 7º. Ficam criados 50 (cinquenta) cargos de Auxiliar de Limpeza, referência 01, 3 (três) cargos de Assistente de Procuradoria, referência 21 e 30 (trinta) cargos de Babá, passando para 50 (cinquenta) cargos de Babá, referência 01, com atribuições e competências previstas na presente Lei, alterando o anexo II da Lei Complementar nº 112/2010.

§1º. Ficam extintos na vacância 50 (cinquenta) cargos de Ajudante Geral, reduzindo para 100 (cem) cargos de Ajudante Geral, referência 01, cujas com atribuições e competências previstas na presente Lei, alterando o anexo II da Lei Complementar nº 112/2010.

§ 2º. Ao cargo de motorista, é exigido como condição e requisito para trabalhar, no mínimo categoria "B", cabendo ao *órgão de lotação, conforme a necessidade do serviço e o tipo de veículo a ser conduzido, exigir do servidor a mudança para as categorias 'C', 'D' ou 'E', mediante treinamento e qualificação, alterando assim a descrição do cargo motorista, constante da Lei Complementar nº 112/2010.*

Art. 8º. A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente** passa a denominar **Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação.**

Art. 9º. A **Secretaria de Indústria e Comércio** passa a denominar **Secretaria Municipal de Assuntos Tributários e Arrecadação.**

Art. 10. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social passa a denominar **Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.**

Art. 11. A competência da Secretaria Municipal de Assuntos Tributários e Arrecadação e suas atribuições estão previstas no artigo 26-B da Lei Complementar nº 112/2010, com os acréscimos previstos na presente lei.

Art. 12. O **Departamento Municipal de Trânsito** passa a denominar-se **Coordenadoria Municipal de Trânsito.**

Art. 13. A **Lei Complementar nº 112, de 23 de março de 2010**, passará a vigorar com as seguintes alterações e **acréscimo dos artigos 26-E, 26-F e 26-G**:

"(...)

Art. 6º...

1. ***Gabinete do Prefeito;***
2. ***Secretaria de Governo;***
3. ***Secretaria de Administração e Finanças;***
4. ***Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação;***
5. ***Secretaria de Saúde;***

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

6. ***Secretaria de Obras e Serviços;***
7. ***Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;***
8. ***Secretaria da Mulher;***
9. ***Secretaria de Cultura e Turismo;***
10. ***Secretaria de Juventude, Esportes e Lazer;***
11. ***Secretaria de Segurança Pública;***
12. ***Secretaria de Educação;***
13. ***Secretaria de Assuntos Tributários e Arrecadação;***
14. ***Secretaria de Tecnologia e Inovação;***
15. ***Subprefeitura do Km 50;***
16. ***Guarda Municipal;***
17. ***Procuradoria Geral do Município;***
18. ***Ouvidoria-Geral do Município;***
19. ***Controladoria-Geral do Município.***

Art. 7º ...
(...)
V – (revogado)
VI – (revogado)
(...)
VIII – (revogado)
(...)
XI – (revogado)
(...)
XIII – (revogado)
(...)
Parágrafo único. ...
(...)
5 – (revogado)

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

(...)

Art. 8º...
(...)
XI – (revogado)
XII – (revogado)
(...)
Parágrafo único. ...
(...)
4- (revogado)
4.1- (revogado)
4.2 - (revogado)
4.3- (revogado)

(...)

CAPÍTULO III

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

URBANO, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO

Art. 9º. *Compete à* ***Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação estudar, planejar, supervisionar, desenvolver, implantar e avaliar planos, programas e projetos de planejamento de Habitação, de planejamento territorial urbano e rural do Município, desenvolvendo atividades, tais como:***

(...)

Parágrafo único. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação, passa a ser composta pelas seguintes sub - unidades:

1. Departamento de Planejamento Urbano e Rural;

2. Departamento de Habitação;

3. Departamento de Gestão Ambiental;

1. Compete ao Departamento de Planejamento Urbano e Rural:

a) coordenar a formulação do planejamento estratégico municipal, identificar e coordenar processos de desburocratização e facilitação para implantação de empreendimentos, aumentar o grau de eficiência na promoção dos negócios, bem como criar

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

meios de organização e operacionalização de empreendimentos, desenvolvendo atividades, tais como:

b) desenvolver outras atividades afetas às demandas dos empreendedores;

c) coordenar, desenvolver e implantar planos, programas e projetos de planejamento urbano e rural;

d) elaborar e/ou revisar o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município;

e) elaborar e/ou revisar a Lei de Uso Ocupação e Parcelamento do Solo do território do município;

f) administrar os contratos da área de Planejamento Urbano e Rural;

g) planejar e gerir a execução de seu orçamento, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas em vigor;

h) realizar o levantamento e a atualização de dados estatísticos e informações básicas de interesse para o planejamento e a execução de ações municipais;

g) controlar as informações da área de Cadastro Técnico e de Base Cartográfica, devendo manter adequado o sistema cartográfico do território do Município, desenvolvendo atividades, tais como:

I- realizar e manter a ordenação da numeração predial no território do município;

II- promover e manter a sinalização de topônimos;

III- manter atualizado o Cadastro Imobiliário, compreendendo dados cartográficos e alfanuméricos;

IV- controlar, corrigir e manter os endereços do Município de Pirapora do Bom Jesus;

V- controlar o emplacamento de topônimos (nomes de ruas e logradouros) e desenvolver novos sistemas;

VI- planejar e efetuar a codificação viária;

VII- implantar e manter o sistema de geoprocessamento, organizando e controlando as informações;

VIII- digitalizar os elementos que compõem a base cartográfica;

IX- Conferir e controlar a qualidade dos elementos implantados;

X- implantar e atualizar a cartografia cadastral, atribuindo codificação aos imóveis

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

2025 I Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

XI- proceder aos serviços de desenho, no intuito de manter atualizado o sistema cartográfico;

XII- manter o acervo de plantas;

XIII- manter o sistema cartográfico à disposição dos órgãos usuários e do público;

XIV- manter atualizadas as informações cadastrais da base de dados do Cadastro Imobiliário;

XV- manter atualizados os dados necessários à expedição de consultas e guias;

XVI- garantir a exatidão das alterações cadastrais procedidas;

XVII- atender o público e os órgãos usuários do sistema;

XVIII- contribuir com a gestão do território, com o Planejamento Urbano e com o Desenvolvimento Econômico.

h) desenvolver, implantar planos, programas e projetos de planejamento urbano: estudar, planejar, supervisionar e desenvolver projetos de requalificação urbana; desenvolver projetos arquitetônicos e urbanísticos;

i) analisar, avaliar e aprovar projetos particulares de loteamentos, desdobros e desmembramentos;

j) expedir, monitorar, fiscalizar e fazer cumprir as normas referentes ao ordenamento territorial e urbano do Município, podendo, para tanto, aplicar multas estabelecidas na legislação específica;

l) controlar, vistoriar e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, em consonância com a legislação vigente;

m) fiscalizar a aplicação das normas concernentes ao Código de Posturas, Código de Edificações e Plano Diretor do Município;

n) expedir licenças e alvarás para a execução de obras privadas e públicas no Município;

o) expedir atos de parcelamento do solo urbano;

2. Compete ao Departamento de Gestão Ambiental:

a) coordenar e executar, na esfera da competência municipal, a Política Nacional de Meio Ambiente e as diretrizes governamentais fixadas para o Meio Ambiente; formular, executar e avaliar a Política Municipal de Preservação, Conservação, Fiscalização, Controle e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, em consonância com as diretrizes gerais do Governo

Municipal e da legislação vigente; formular, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que visem à preservação, recuperação e o uso sustentável dos recursos ambientais, no âmbito das competências do Município;

b) autorização e expedição de licenciamento ambiental nos casos de sua competência;

c) propor Planos de Manejo de áreas de conservação ambiental;

d) criar Unidades de Conservação;

e) disciplinar a utilização e melhoria de Parques, Áreas Verdes e Áreas de Proteção Ambiental;

f) agir na defesa e fiscalização da arborização urbana e rural;

g) gerir a produção e alocação de mudas arbóreas;

h) implementar ações de controle e fiscalização ambiental, em conjunto com Guarda Civil Municipal;

i) participar da elaboração de normas e padrões de uso dos recursos naturais;

j) participar no estabelecimento de critérios de notificação e multas ambientais.

l) organizar, coordenar e executar as atividades relativas à fiscalização do cumprimento das normas referentes ao meio ambiente, em consonância com a legislação vigente;

m) subsidiar a concessão de alvarás na área de sua competência, em consonância com legislação vigente;

n) regulamentar, organizar, coordenar e executar as atividades relativas ao licenciamento de empreendimentos, projetos e obras públicas e privadas, de acordo com as normas vigentes;

o) implantar, alimentar e manter atualizado o Cadastro Técnico Municipal de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem Recursos Naturais;

p) mapear, diagnosticar, inventariar e monitorar as questões ambientais do Município;

q) participar de ações voltadas à educação ambiental, a difusão de informações ambientais e a elaboração de material de informação ao cidadão e município; formular, coordenar e executar programas e campanhas de educação ambiental, que objetivam sensibilizar a sociedade para a importância do verde, preservação, a conservação e o uso sustentável dos recursos ambientais do Município;

r) elaborar políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento rural local, com geração de renda e riqueza, cidadania, inovação, conservação ambiental e qualidade de vida, considerando as oportunidades e prioridades futuras;

s) estudar e propor diretrizes municipais, normas e padrões relativos à preservação e à conservação de recursos ambientais e paisagísticos no Município;

t) promover e realizar estudos e propor medidas para regulamentação do zoneamento ambiental, exploração e ocupação do solo visando assegurar o uso sustentável dos recursos ambientais;

u) articular-se com órgãos estaduais, regionais e federais competentes, e quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção e fiscalização ambiental;

v) promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas e tecnologias orientadas à conservação e uso sustentável dos recursos ambientais do Município;

x) articular-se com entidades públicas e privadas para a promoção de convênios, termos de cooperação técnica e implantação de programas e projetos no âmbito do desenvolvimento sustentável do Município;

z) implantar, alimentar e manter atualizado um sistema integral de informação sobre a preservação, conservação, fiscalização e controle e uso sustentável dos recursos naturais do Município;

3. Compete ao Departamento de Habitação:

a) Formular a elaboração de políticas, diretrizes, planos, projetos e programas voltados às políticas habitacionais no Município;

b) coordenar os programas e projetos habitacionais desde a demanda, atendimento e avaliação;

c) acompanhar os financiamentos de todos os projetos ou programas desenvolvidos nas demais Secretarias que demonstrem interface com tais particularidades;

d) Formular, executar e avaliar a Política Municipal de Habitação, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal, do Plano Diretor e da legislação vigente.

e) Formular, coordenar, executar e avaliar, planos, programas e projetos que visem o acesso à terra e à moradia digna aos habitantes do Município, com a melhoria das condições habitacionais, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, priorizando as famílias de baixa renda.

f) Elaborar e atualizar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

g) executar as atividades administrativas de regularização fundiária, compreendendo todos os atos necessários ao processamento da REURB, tais como: classificar o núcleo urbano como Reurb-S ou Reurb-E, realizar os estudos técnicos, cadastro dos ocupantes, expedir "comunique-se", notificações e CRF, Realizar os atos para registro da Certidão de Regularização Fundiária – CRF da Reurb-S e respectivas listas complementares, junto à Serventia de Registro de Imóveis competente;

h) firmar acordos de cooperação com a Administração Direta e Indireta da União e do Estado de São Paulo para fins de disponibilização dos imóveis sujeitos a regularização fundiária, bem como para financiamento por aqueles entes, nos casos de Reurb-S, das intervenções necessárias à habitabilidade das edificações objeto de legitimação fundiária;

i) aplicar os instrumentos jurídicos previstos na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, no âmbito da Reurb, no Município de Pirapora do Bom Jesus;

j) Formular e atualizar o cadastro dos núcleos urbanos informais do Município de Pirapora do Bom Jesus.

(...)

CAPITULO VI
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 12. Compete à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social:

(...)

Parágrafo único. A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social é composta das seguintes sub- unidades:

(...)

3. (revogado).

Art. 16.

(...)

Parágrafo Único: A Secretaria de Segurança Pública de Pirapora do Bom Jesus, compõe-se dos seguintes órgãos, departamentos e coordenações, sendo diretamente subordinados ao Secretário de Segurança Pública de Pirapora do Bom Jesus:

I - Gabinete do Secretário Municipal de Segurança Pública;
II - Guarda Municipal de Pirapora do Bom Jesus;
III - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC);

IV - Coordenadoria Municipal de Trânsito – COMUTRAN.

(...)

CAPÍTULO IX
DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 18-A. Ficam instituídas as carreiras dos cargos públicos de provimento efetivo de Procurador Jurídico, organizadas em Classes I, II e III, e de Assistente de Procuradoria, ambas com vencimentos-base mensais e carga horária semanal definidos no Anexo.

§ 4º O provimento no cargo de Assistente de Procuradoria dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público, observados os requisitos legais, dentre os quais a formação em nível superior em Direito, bem como as atribuições e responsabilidades previstas no presente Anexo.

(...)

CAPÍTULO XIII
DA SECRETARIA DE ASSUNTOS TRIBUTARIOS E ARREDAÇÃO

Art. 26-B. Compete à Secretaria Municipal de Assuntos Tributários e Arrecadação:

(...)

VI- Serviços para empresas;

VII- Emissão da taxa de licença;

VIII- Acompanhamento e execução até a formalização da Inscrição Municipal;

IX- Acompanhamento e execução da emissão de Alvarás de licença para funcionamento;

X- Fiscalização tributária;

XI- Acompanhamento e suporte nas emissões de Notas Fiscais;

XII- Realizar o cálculo e emissão das cobranças do ITBI e outras obrigações correlatas;

XIII- Acompanhamento e suporte nas emissões de Notas Fiscais;

XIV- planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico local, à formalização de empreendimentos e ao fomento ao empreendedorismo;

XV- promover serviços de apoio a empresas, inclusive emissão de taxas de licença e acompanhamento de processos de abertura e regularização;

XVI- coordenar ações de atração de investimentos e fortalecimento do comércio, indústria e prestação de serviços;

XVII- realizar o acompanhamento e a execução da inscrição municipal, bem como a emissão de alvarás de licença para funcionamento;

XVIII- manter cadastro atualizado de contribuintes do IPTU, ISS, ITBI e demais tributos municipais;

XIX- efetuar o lançamento e controle das receitas tributárias;

XX- fiscalizar o cumprimento da legislação tributária municipal, inclusive por meio de ações de auditoria e diligência fiscal;

XXI- prestar acompanhamento e suporte técnico na emissão de notas fiscais eletrônicas e demais obrigações acessórias dos contribuintes;

XXII- proceder à alteração de titularidades de imóveis, refletindo as atualizações nos cadastros e carnês do IPTU;

XXIII- inscrever créditos tributários e não tributários em Dívida Ativa, observadas as normas legais aplicáveis;

XXIV– articular-se com órgãos estaduais e federais para integração de sistemas fiscais, cadastrais e de arrecadação;

XXV- apoiar o Gabinete do Prefeito em assuntos de política econômica, arrecadatória e de desenvolvimento local.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assuntos Tributários e Arrecadação é composta das seguintes subunidades:

I – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

a) promover o mapeamento de potencialidades econômicas locais;

b) desenvolver políticas de incentivo ao micro e pequeno empreendedor;

c) articular parcerias com o SEBRAE, SENAI, SENAC e instituições financeiras;

d) coordenar feiras, eventos e programas de capacitação empresarial.

II – Departamento de Administração Tributária;

a) gerir o cadastro imobiliário e mobiliário municipal;

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 I Edição nº 164/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

b) proceder ao lançamento e controle do IPTU, ISS e taxas;

c) emitir guias e certidões de regularidade fiscal;

d) supervisionar a arrecadação direta e indireta;

e) propor atualização da legislação tributária.

III- Departamento de Arrecadação e Fiscalização:

a) planejar e executar a fiscalização tributária;

b) lavrar autos de infração e imposição de penalidades;

c) instruir processos administrativos fiscais;

d) controlar receitas e acompanhar repasses de terceiros.

(...)

CAPÍTULO XVII
DO GABINETE DO PREFEITO

Art. 26-E. O Gabinete do Prefeito é composto por:

I – Chefia de Gabinete, composta pelas subunidades:

a) Atendimento Público, Interlocução Social, Correspondências e Expedientes Administrativos;

b) Fundo Social de Solidariedade;

c) Controladoria Geral do Município.

Art. 26-F. Compete à Chefia de Gabinete do Prefeito:

I - administrar o expediente e os protocolos recebidos no Gabinete do Prefeito;

II – auxiliar e coordenar junto com as demais secretarias as festividades oficiais;

III- receber e responder os requerimentos e indicações da Câmara Municipal;

IV - assessorar o Prefeito no atendimento aos munícipes;

V- cuidar do expediente do Prefeito e do cerimonial;

VI- assessorar o Prefeito em assuntos administrativos.

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

VII- estabelecer o contínuo relacionamento do Governo Municipal com as entidades sociais e comunitárias estabelecidas no Município.

(...)

CAPÍTULO XIX
DA SECRETARIA DA MULHER

Art. 26-G. Compete a Secretaria da Mulher formular, coordenar, articular, executar e avaliar as políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres, à igualdade de gênero, ao enfrentamento das violências e ao fortalecimento da autonomia feminina no Município.

Parágrafo único. As atribuições referidas no caput deste artigo compreendem, as ações de articulação intersetorial, apoio institucional, promoção de políticas públicas, fortalecimento da rede de proteção às mulheres, acompanhamento de programas, projetos e serviços destinados ao público feminino, bem como outras nela expressamente previstas, dentre os quais:

I- Formular e articular políticas públicas para as mulheres;

II- gerir a elaboração e implementação de campanhas educativas e não discriminatórias contra a mulher, de caráter municipal e regional;

III- articular, promover e executar programas e cooperação com organismos, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;

IV- promover a implementação das ações públicas que visem o cumprimento dos planos de ação relativos à igualdade entre mulheres e homens;

V- gerenciar o desenvolvimento de programas que atendam mulheres vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral;

VI- criar mecanismos para coibir e prevenir todo tipo de violência contra a mulher;

VII- administrar a promoção das políticas de atenção à mulher, em todas as etapas de sua vida, incluindo saúde mental e ocupacional;

VIII- formular e articular políticas públicas para família; elaborar e implementar campanhas educativas e de cidadania no âmbito familiar; articular, promover e executar programas e cooperação com organismos, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para família;

IX- promover a implementação das ações públicas que visem o cumprimento dos planos de ação de proteção à família;

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

X- desenvolver programas que atendam à família; criar mecanismos para coibir e prevenir todo tipo de violência de âmbito familiar; promover as políticas de atenção e proteção dos vínculos familiares, em todas as etapas da vida".

Art. 14. Fica por meio desta, **extinto o cargo de Coordenador da Mulher**, previsto Lei Complementar Municipal nº 237/2025.

Art. 15. Em conformidade à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, acompanha a presente Lei Complementar o estudo de impacto financeiro.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, realizando os remanejamentos e alterações que forem necessários à execução desta Lei Complementar, passando a lei complementar 112/2010.

Art. 17. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 18. Esta Lei Complementar entrar em vigor à **partir de 1º de janeiro de 2.026**, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

ANEXO I (DA LEI COMPLEMENTAR Nº 237/2025)

Tabela 1 - DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO GRUPO - DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO E CHEFIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO, QUANTITATIVOS E VENCIMENTOS:

Denominação	Referência	Vencimento R$	Quantitativo
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
DIRETOR	DAC - 03	3.500,00	28

(...)

Tabela 3 - CARGOS EM COMISSÃO DE ASSESSORIA DIRETA

Denominação	Referência	Vencimento R$	Quantitativo
SECRETÁRIO MUNICIPAL	CCAD - 01	SUBSÍDIO DEFINIDO EM LEI	13
(...)	(...)	(...)	(...)
CHEFE DE GABINETE	CCAD - 01	SUBSIDIO DO SECRETARIO	01
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	CCAD - 03	6.000,00	04
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
~~COORDENADOR DA MULHER E FAMILIA~~	~~CCAD - 03~~	~~6.000,00~~	~~01~~
COORDENADOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO	CCAD 03	6.000,00	01
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

(...)

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

Tabela 4 (...)

CARGO: COORDENADOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO
REFERENCIA CCAD 03
ATRIBUIÇÕES DO CARGO:
Coordenar o Departamento de Transportes e Trânsito Municipal nos termos legais, organizar, orientar e chefiar todas as atividades de trânsito, fazer cumprir a legislação de trânsito no âmbito municipal, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, normas das posturas municipais relativas ao trânsito e Leis Municipais. Criar condições para o cumprimento da legislação e das normas de trânsito no âmbito municipal, organizar o planejamento, projetos, regulamentação e operação do trânsito de pedestres, animais e o desenvolvimento, a circulação e segurança dos ciclistas; organizar a implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário; coordenar a coleta de dados estatísticos e elaboração de estudos, sobre os acidentes de trânsito e suas causas; coordenar o estabelecimento das diretrizes para a fiscalização de trânsito; organizar a implantação das medidas de Política Nacional de Trânsito; planejar a promoção e participação em projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN; coordenar a elaboração de convênios e contratos, observadas as regras da Lei Federal nº 14.133/21, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando a consecução dos objetivos e finalidades indicados em Lei; coordenar o planejamento e organização da fiscalização dos serviços rodoviários municipais, bem como outros serviços de transporte coletivo urbano e de táxi.

(...)

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

ANEXO II
A QUE SE REFERE O ARTIGO 29 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 23.03.2010, COM AS MODIFICAÇÕES CONSTANTES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 16.01.2012

QUADROS DE CARGOS PROVIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REF
(...)	(...)	(...)
100	AJUDANTE GERAL	01
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
03	ASSISTENTE DE PROCURADORIA	21
50	AUXILIAR DE LIMPEZA	01
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)
50	BABÁ	01

(...)

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 I Edição nº 164/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

ASSISTENTE DE PROCURADORIA

Descrição:

Prestar auxílio técnico-jurídico às atividades processuais e extraprocessuais da Procuradoria Geral do Município;
Elaborar minutas de manifestações próprias da função de execução, fundamentadas em legislação, doutrina e jurisprudência, além de outros trabalhos de natureza jurídica atinentes a feitos judiciais ou procedimentos administrativos da alçada da Procuradoria Geral do Município;
Auxiliar no levantamento de legislação, processos e jurisprudências;
Acompanhar o andamento de processos, inquéritos e procedimentos administrativos, prestando informações aos Procuradores do Município quando solicitado;
Digitar petições e outras informações processuais por solicitação dos Procuradores do Município;
Assegurar a exatidão e o fluxo normal de ofícios, certidões, laudos, documentos, atestados, informações, circulares, processos judiciais e outros textos oficiais pertinentes aos membros da Procuradoria Geral do Município;
Preparar a entrada e saída de dados ou inserir dados em sistemas aplicados de recepção, controle e andamento de procedimentos administrativos e processos judiciais;
Elaborar ofícios, pareceres, planilhas, tabelas e gráficos, utilizando-se de diversos "softwares";
Executar tarefas externas junto a Cartórios, Fórum e cumprimento de precatórias;
Requerer certidões junto aos Cartórios;
Acompanhar publicações de interesse de sua área na Imprensa Oficial do Município e nos Diários Eletrônicos do Poder Judiciário;
Realizar, mediante determinação superior, contatos com pessoas e organismos públicos ou privados para atender às necessidades de trabalho;
Receber e restituir, sob supervisão, procedimentos e processos administrativos e judiciais;
Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente organizacional.
Forma de provimento: concurso público.
Requisitos básicos: curso superior de Direito.
Carga horária: 40 (quarenta) semanais.

(...)

AUXILIAR DE LIMPEZA

Descrição:

Responsabilidades/atribuições: garantir a manutenção das condições de higiene, conservação e asseio em todas as dependências públicas municipais, como escolas, postos de saúde, prédios administrativos, ginásios e espaços comunitários;
Realizar a limpeza diária, varrição, lavagem, enceramento e desinfecção de pisos, paredes, tetos, janelas, vidros e portas em todas as áreas internas e externas dos edifícios públicos;
Efetuar a limpeza profunda e a manutenção constante da higiene de banheiros, vestiários e copas, reabastecendo dispensadores de papel higiênico, toalhas e sabonete líquido;
Coletar, separar (recicláveis e não recicláveis) e descartar adequadamente o lixo e resíduos gerados nas dependências, transportando-os para os locais de armazenamento ou coleta definidos pela prefeitura;
Zelar pela guarda, uso racional e conservação dos materiais, ferramentas e equipamentos de limpeza (carrinhos funcionais, mops, aspiradores), comunicando à chefia imediata a necessidade de reposição de estoque;

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Auxiliar na organização de salas, auditórios e refeitórios, podendo, em casos específicos, auxiliar na movimentação de móveis e equipamentos leves;
Atuar de forma preventiva na identificação de necessidades de manutenção predial simples (como torneiras pingando ou lâmpadas queimadas), reportando imediatamente as ocorrências.
Forma de provimento: por concurso público
Requisito: ensino fundamental incompleto
Carga horária: 40 horas semanais.

(...)

MOTORISTA

Descrição:

(...)

Requisitos básicos: ensino fundamental incompleto, com Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria B, cabendo ao órgão de lotação, conforme a necessidade do serviço e o tipo de veículo a ser conduzido, exigir do servidor a mudança para as categorias 'C', 'D' ou 'E', mediante treinamento e qualificação.

(...)

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 258 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

"Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 210 de 27 de dezembro de 2021, extinguindo e criando cargos e funções, acrescentando atribuições e competências"

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe foram conferidas,

FAZ SABER que faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados os cargos de **Analista Previdenciário, Agente Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais** na Estrutura Administrativa do Pirapora Prev, instituído na Lei Complementar Municipal nº 210, de 23 de março de 2021 e suas alterações posteriores, cujas atribuições, salários e requisitos para ingresso estão previstos nos anexos II e III, que passam a vigorar com as alterações e acréscimos da presente Lei.

Art. 2º. Fica por meio desta, **extintos os cargos de provimento efetivo de Oficial Administrativo e de Servente**, previstos no parágrafo 2º do artigo 70, com a revogação expressa dos **§4º, §5º, §6º e artigos 78 e 79**, todos da Lei Complementar Municipal nº 210/2021.

Art. 3º. A Le Complementar nº 210 de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes **alterações e acréscimos:**

"Seção II
Do Reajustamento
DO VALOR DOS BENEFÍCIOS E PENSÕES

"Art. 42 – (...)

§ 1º – A fim de assegurar e preservar o poder aquisitivo dos segurados e dependentes do Pirapora Prev, excepcionalmente, para os anos em que não haja modificação da remuneração dos servidores em atividade, fica autorizado o reajustamento dos proventos de aposentadoria e pensões pagas acima do salário-mínimo nacional vigente, de acordo com o fator de reajuste (percentual) previsto para os benefícios do INSS (data de início janeiro de cada ano), nos termos da Portaria Interministerial MPS/MF, divulgada anualmente no Diário Oficial da União.

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

§ 2º - Todavia, ocorrendo no curso do ano-calendário, modificação da remuneração dos servidores em atividade, após a implementação em folha de pagamento, do reajuste previsto na forma do § 1º o Pirapora Prev, visando garantir o equilíbrio econômico-financeiro do seu sistema previdenciário, subsidiariamente, aplicará aos proventos de aposentadoria e pensões, a diferença percentual encontrada entre a correção divulgado pelo executivo local e aquela excepcionalmente já concedida as aposentadorias e pensões do corrente ano.

(...)

Seção VIII
Dos Cargos do Pirapora Prev

Art. 70 - ...

(...)

§ 2º - Cargos de Provimento Efetivo:

I – 01 (um) Analista Previdenciário;

II – 01 (um) Agente Administrativo; e

III – 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais.

Parágrafo Único. Os vencimentos, atribuições e requisitos de investidura para os cargos de provimento efetivo do Pirapora Prev constantes neste §2º são os previstos nos anexos II e III da presente lei.

Art. 71 - Os vencimentos dos cargos de provimento em comissão previstos nos §1º, §2º e §3º desde artigo, são os constantes do anexo I da presente lei:

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º - (...)

§ 4º - (revogado)

§ 5º - (revogado)

§ 6º - (revogado)

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

(...)

Art. 78 - (revogado)

Art. 79 - (revogado)

(...)'

Art. 4º. Em conformidade à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, acompanha a presente Lei Complementar o estudo de impacto financeiro.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, realizando os remanejamentos e alterações que forem necessários à execução desta Lei Complementar, **integrando os anexos I, II, III e IV** à Lei Complementar Municipal nº 210/2021.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entrar em vigor **à partir de 1º de janeiro de 2.026**, revogando-se as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 I Edição nº 164/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

ANEXO I

A QUE SE REFERE O PARAGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 70 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 27.12.2021, COM AS MODIFICAÇÕES CONSTANTES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE 24 DE MARÇO DE 2025.

QUADRO DE CARGOS DE CONFIANÇA DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REF	Vencimento
01	DIRETOR PRESIDENTE	CCPC-01	R$ 9.000,00
01	DIRETOR ADMNISTRATIVO E FINANCEIRO	CCPC-02	R$ 6.000,00
01	ASSESSOR EXECUTIVO	CCPC-03	R$ 2.500,00

ANEXO II

A QUE SE REFERE O PARAGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 70 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 27.12.2021, COM AS MODIFICAÇÕES CONSTANTES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE 24 DE MARÇO DE 2025.

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS DE PROVIMENTO EM CONCURSO PÚBLICO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REF	Vencimento
01	ANALISTA PREVIDENCIARIO	CECP-01	R$ 4.000,00
01	AGENTE ADMINISTRATIVO	CECP-02	R$ 2.500,00
01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CECP-03	R$ 1.518,00

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES PARA O CARGO, REQUISITOS PARA INVESTIDURA E CARGA HORARIA

1. Analista Previdenciário
Atribuições:
I I Gerenciar os processos de concessão de aposentadorias e pensões, desde a formalização do requerimento até a análise, instrução e decisão administrativa;
I I Realizar a gestão das obrigações junto ao TCESP, incluindo alimentação e acompanhamento dos sistemas Audesp, Siscaweb e demais plataformas de controle externo;
I I Cumprir as obrigações perante o Ministério da Previdência, especialmente por meio do Cadprev, garantindo a integridade e tempestividade das informações;
I I Atuar nos procedimentos de compensação previdenciária (COMPREV), efetuando análises, cálculos, instrução de processos e acompanhamento de créditos e débitos;
I I Manter atualizadas as informações do site institucional referentes ao RPPS, garantindo transparência e publicidade dos atos;
I I Controlar os bens patrimoniais do Instituto, realizando registros, inventários, atualizações e movimentações conforme normas vigentes;

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

I I Executar o Censo Previdenciário conforme legislação aplicável, participando de todas as fases do planejamento, operacionalização, análise e consolidação de dados;
I I Elaborar relatórios técnicos, pareceres e demonstrativos necessários ao acompanhamento das atividades previdenciárias;
I I Desempenhar demais atividades correlatas ao cargo e determinadas pela chefia imediata.

Requisitos de Investidura:
I I Ensino Superior completo em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia;
I I Conhecimento em informática, especialmente em sistemas de gestão previdenciária e uso de ferramentas de escritório;
I I Desejável Certificação RPPS reconhecida pelo MPS;
Carga horária:
I I 40 h semanais

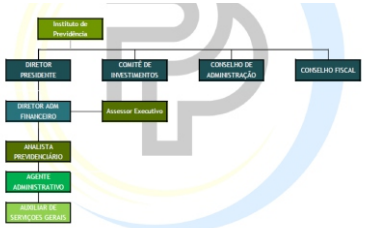
2. Agente Administrativo
Atribuições:
I I Executar serviços de apoio nas áreas administrativa, de atendimento e arquivo;
I I Redigir documentos, organizar arquivos e controlar agenda;
I I Atender ao público e prestar informações.
I I Auxiliar nas demandas dos conselhos de Administração, Fiscal e comitê de investimentos.
Requisitos de Investidura:
I I Ensino Medio completo;
I I Conhecimento básico em informática e atendimento ao público.
I I Desejável Certificação RPPS reconhecida pelo MPS.
Carga horária:
I I 40 h semanais

3. Auxiliar de Serviços Gerais
Atribuições:
I I Executar atividades de limpeza, higienização e conservação de ambientes internos e externos da unidade do RPPS, incluindo salas, banheiros, corredores, copa e áreas de circulação.
I I Realizar a coleta e separação de resíduos, mantendo a organização adequada dos espaços.
I I Efetuar a organização e reposição de materiais de limpeza e itens de uso comum.
I I Auxiliar na preparação e arrumação de ambientes para reuniões, treinamentos, eventos e atendimentos.
I I Controlar o uso adequado de materiais de limpeza, comunicando a necessidade de reposição.
I I Zelar pela conservação dos equipamentos e ferramentas de trabalho.
I I Auxiliar na movimentação de materiais e mobiliários, quando solicitado.
I I Executar outras tarefas correlatas, compatíveis com a natureza do cargo e conforme determinação da chefia imediata.
Requisitos de Investidura:
I I Ensino Fundamental Incompleto ou Completo.
I I Aptidão física e mental comprovada em exame médico admissional.
Carga horária:
I I 40 h semanais
I I Cesta básica.

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

ANEXO IV

ORGANOGRAMA



PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 259 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

"Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de imóvel público municipal ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP) e dá outras providências"

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder, a título gratuito, o uso do imóvel público municipal matriculado sob nº 151.839 no CRI de Barueri e localizado na Estrada das Lavras – Sítio Itaquery – Pirapora do Bom Jesus/SP, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP), inscrito no CNPJ sob nº 06.302.492/0001-56, para a finalidade de implantação, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica, conforme disposto em Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as partes.

Art. 2º. A cessão de uso será formalizada mediante termo de concessão de direito real de uso a ser firmado entre o Município e o TRE-SP, contendo cláusulas que garantam:

I – a utilização exclusiva do imóvel para o fim estabelecido;

II – a vedação à transferência ou subcessão a terceiros;

III – a obrigação de conservação e manutenção do imóvel e equipamentos;

IV - a reversão automática do bem ao patrimônio municipal em caso de inoperabilidade da usina e/ou cessação da geração de energia irreversíveis, mediante relatório técnico.

Art. 3º. O prazo da cessão será de 30 (trinta) anos, contado da assinatura do termo de concessão, podendo ser renovado por igual período, mediante interesse público e anuência das partes.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as medidas administrativas, registrais e legais necessárias à execução desta Lei, com a lavratura do termo de concessão de uso.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

PREFEITO MUNICIPAL

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO

PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

2025 I Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 260 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

DISPÕE sobre o "PROGRAMA EM DIA COM A PREFEITURA " ("PROGRAMA"), relativo ao pagamento e parcelamento incentivados de débitos inscritos em Dívida Ativa (IPTU), até 31 de dezembro de 2.025, e dá providências correlatas.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de Pirapora do Bom Jesus/SP, no uso das suas atribuições, as quais lhe são conferidas por lei, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS/SP aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituído o "**PROGRAMA EM DIA COM A PREFEITURA**" ("**PROGRAMA**"), o qual tem como objetivo a recuperação de créditos exclusivamente de natureza tributária, concernentes ao IPTU e às taxas correlatas, inscritos em Dívida Ativa, até 31 de dezembro de 2025, na forma disposta nesta Lei Complementar.

Art. 2º - Os créditos de que trata esta Lei Complementar poderão estar com a exigibilidade suspensa ou não, inscritos em Dívida Ativa ou não, discutidos em juízo, por meio de execução fiscal ou em demanda proposta pelo sujeito passivo e, inclusive, objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado.

Parágrafo único – Cogitando-se de parcelamento anterior, cancelado por falta de pagamento, a adesão ao PROGRAMA será condicionada à adoção dos valores remanescentes da dívida tributária, nas respectivas datas de constituição, acrescidas dos consectários legais.

Art. 3º - A adesão ao PROGRAMA só se consolida após o pagamento da parcela à vista ou da primeira parcela, inclusive para efeito de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Art. 4º - A adesão ao PROGRAMA não constitui novação da dívida tributária, mantendo-a ilesa e com os mesmos efeitos jurídicos originários, sob qualquer hipótese.

Art. 5º - Havendo vários débitos vinculados ao mesmo imóvel, eventualmente até com mais de uma inscrição cadastral, optando o contribuinte devedor pelo parcelamento de apenas parte da obrigação tributária, o contribuinte devedor deverá realizar a opção no momento da adesão ao PROGRAMA.

Art. 6º - Existindo dívidas tributárias de exercícios distintos e integrantes de uma mesma execução fiscal e optando o contribuinte devedor pelo parcelamento de apenas parte dos débitos, a ação judicial prosseguirá pelos demais débitos não parcelados.

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

DA ADESÃO AO PROGRAMA

Art. 7º - Os acordos, à quitação dos créditos tributários, serão celebrados diretamente pela Procuradoria Jurídica Municipal, mediante contrato administrativo, contendo a forma de pagamento, nas condições ora previstas, mediante a celebração do termo de adesão/acordo, **no período de 05 de janeiro de 2.026 a 04 de abril de 2.026, podendo ser prorrogado somente por mais 20 (vinte) dias úteis**, por intermédio de decisão exclusiva do Prefeito Municipal.

Art. 8º - A adesão ao PROGRAMA, em relação à dívida tributária ou parte dela, só será permitida nas seguintes condições:

I – com a consolidação dos débitos tributários integrantes da adesão, relativamente a cada exercício correspondente, juntamente com os seus consectários, nos termos desta Lei Complementar;

II – com a confissão irrevogável e irretratável do contribuinte devedor, relativamente aos débitos tributários integrantes da adesão;

III – com a comprovação de desistência irrevogável e irretratável, por parte do contribuinte devedor, de quaisquer ações judiciais, em relação aos débitos tributários integrantes da adesão, no prazo de até 10 (dez) dias da consolidação da adesão, em qualquer fase processual, assim como a renúncia à alegação de qualquer direito sobre o objeto redundante da demanda, sendo de responsabilidade do contribuinte devedor a integral responsabilidade ao pagamento de custas judiciais, despesas processuais e eventuais honorários advocatícios sucumbenciais;

IV – com a desistência irrevogável e irretratável de quaisquer medidas administrativas, notadamente defesas, impugnações e recursos administrativos, relativamente aos débitos tributários constantes da adesão ao PROGRAMA.

Parágrafo primeiro – A adesão ao PROGRAMA somente suspende a exigibilidade da obrigação tributária, a qual só será levantada quando do total adimplemento da obrigação tributária, assim como das obrigações acessórias.

Parágrafo segundo – O contribuinte que possui demanda judicial, relativamente à dívida

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

constante da adesão ao PROGRAMA, contendo depósito judicial vinculado, deverá requerer a conversão do depósito em renda, cujo montante será utilizado para abatimento do valor do parcelamento obtido, considerando a data efetiva do ingresso da quantia no erário municipal.

DO TERMO DE ADESÃO

Art. 9º - A adesão ao PROGRAMA, a qual é tratada nesta Lei Complementar, será consolidada mediante a assinatura de termo contratual de adesão/acordo, com pessoas física e jurídica, na condição de devedoras de obrigações tributárias.

Parágrafo primeiro – O termo de adesão/acordo ao PROGRAMA e demais documentos imprescindíveis serão elaborados diretamente pela Procuradoria Jurídica Municipal e conterão, sem prejuízo de outras normas específicas, todos os elementos aplicáveis desta Lei Complementar.

Parágrafo segundo – A celebração da adesão poderá ser efetivada na forma presencial, na sede da Procuradoria Jurídica Municipal, situada na Praça dos Poderes Municipais nº 89, Centro, em Pirapora do Bom Jesus/SP, ou por meio da rede eletrônica mundial de comunicações ("Internet"), se for implantado o acesso ao serviço, pelo Município.

Art. 10 - Os termos de adesão ao PROGRAMA serão celebrados exclusivamente por intermédio de membros da Procuradoria Jurídica Municipal ou com a assistência deles, nas seguintes condições:

I – tratando-se de pessoa física: o contribuinte responsável, no ato da adesão, além da comprovação da sua identidade, mediante a apresentação de documento hábil (cédula de identidade, carteira nacional de habilitação à condução de veículo automotor, passaporte etc.), deverá comprovar o seu domicílio, mediante a apresentação de documento hábil igualmente (contas de consumo de energia elétrica, de consumo de água e coleta de esgotos, de serviços de telefonia fixa ou móvel etc.);

II – tratando-se de pessoa jurídica: o representante legal da contribuinte devedora deverá apresentar o seu ato constitutivo e/ou a sua última alteração, em documento original ou cópia devidamente autenticada por cartório extrajudicial ou emitida por ente público e autenticação eletrônica, assim demonstrando a titularidade de representação, sendo que o representante legal deverá apresentar documento hábil (cédula de identidade, carteira nacional de habilitação à condução de veículo automotor, passaporte etc.) e comprovar o seu

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

domicílio, mediante a apresentação de documento hábil igualmente (contas de consumo de energia elétrica, de consumo de água e coleta de esgotos, de serviços de telefonia fixa ou móvel etc.)

Parágrafo primeiro – Os contribuintes devedores poderão ser representados por procurador/a (deverá apresentar documento hábil à identificação), no ato da adesão, por intermédio de instrumento público ou particular, este último com a/s firma/s devidamente reconhecida/s, ambos apresentados na sua forma original, à obtenção de cópia.

Parágrafo segundo – Os documentos, apresentados no ato da celebração da adesão ao PROGRAMA, servirão também para atualização cadastral dos dados do imóvel e da titularidade do/s detentor/es dos direitos incidentes sobre o bem.

DA EXECUÇÃO DA ADESÃO AO PROGRAMA

Art. 11 - As dívidas tributárias poderão ser pagas nas condições abaixo, com redução de multa e juros, valendo, à classificação, os valores brutos consolidados da dívida do contribuinte, no ato da celebração do termo de adesão ao PROGRAMA, na forma da lei:

I – Em parcela única, com redução de 100% (cem por cento);

II – Em até 05 (cinco) parcelas fixas, com redução de 95% (noventa e cinco por cento);

III – Em até 10 (dez) parcelas fixas, com redução de 90% (noventa por cento);

IV – Em até 15 (quinze) parcelas fixas, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento);

V – Em até 20 (vinte) parcelas fixas, com redução de 80% (oitenta por cento);

VI – Em até 25 (vinte e cinco) parcelas fixas, com redução de 75% (setenta e cinco por cento);

VII – Em até 30 (trinta) parcelas fixas, com redução de 70% (setenta por cento).

Parágrafo primeiro – Tratando-se de parcela única ou de primeira parcela de pagamento, relativa à dívida tributária, a quantia deverá ser paga no ato da celebração do termo de adesão ao PROGRAMA.

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

Parágrafo segundo – Por opção do contribuinte devedor, a primeira parcela poderá ter valor maior que a divisão do total da dívida tributária, pelo número de parcelas escolhidas, sendo o saldo rateado entre as parcelas escolhidas, de forma idêntica.

Parágrafo terceiro – As parcelas relativas ao pagamento da dívida tributária sempre se vencerão no 20º (vigésimo) dia útil de cada mês, contados da data de celebração do termo de adesão.

Parágrafo quarto – Após a consolidação da adesão ao PROGRAMA, não será possível a alteração da opção do número de parcelas, sob qualquer hipótese, restando ao contribuinte devedor somente a eventual antecipação do pagamento de parcela, parcelas ou quitação total da dívida tributária.

Parágrafo quinto – Para os efeitos de celebração do termo de adesão, as obrigações do contribuinte serão consideradas individualmente, em relação a cada imóvel e inscrição cadastral correspondente e, se o bem possuir mais de uma inscrição cadastral, cada uma delas terá o seu próprio termo de adesão ao PROGRAMA.

Parágrafo sexto – Nenhuma prestação, relativa à adesão ao PROGRAMA, poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Art. 12 - A atualização monetária, integrada no valor da dívida tributária consolidada, para o fim de celebração do termo de adesão, não integra os benefícios deste PROGRAMA.

Art. 13 - Aos efeitos desta Lei Complementar, no montante da dívida tributária consolidada, estarão incluídas também as taxas correlatas, bem como as eventuais quantias despendidas à cobrança judicial, notadamente despesas com citações, publicações de editais e conduções de oficiais de justiça.

Art. 14 – Quando a obrigação do contribuinte estiver sob execução fiscal, o termo relativo ao acordo será imediatamente juntado aos respectivos autos, diretamente pela Procuradoria Jurídica Municipal, com pedido de suspensão de andamento e eventual extinção, diante da adimplência.

DA RESOLUÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

Art. 15 - O termo de adesão ao PROGRAMA estará rescindido, de pleno direito, ou seja,

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

independentemente de qualquer intimação ou notificação, diante da ocorrência das situações seguintes:

I – a mora de duas ou mais parcelas de pagamento, estas últimas, sucessivas ou não;

II – o descumprimento de quaisquer obrigações acessórias, advindas da adesão ao PROGRAMA, e, inclusive, omissão de informação de alteração de dados cadastrais do imóvel ou do contribuinte devedor;

III – a decretação de falência ou insolvência civil do(a) contribuinte;

IV – qualquer mutação societária da pessoa jurídica contribuinte, salvo com a constituição de garantia à obrigação tributária, integrante do objeto da adesão ao PROGRAMA;

Parágrafo primeiro – Diante da rescisão do termo de adesão ao PROGRAMA, por qualquer das hipóteses previstas, o saldo da dívida tributária será considerado vencido e exigível e, nestas circunstâncias, o contribuinte perderá todos os benefícios desta Lei Complementar, assim se iniciando a cobrança judicial ou a retomada da execução fiscal, sobre o montante do crédito tributário consolidado e confessado em aberto e, inclusive, com a adoção de providências cabíveis, notadamente a penhora e alienação de bens em juízo.

Parágrafo segundo – Consolidada a rescisão contratual, os valores, eventualmente pagos, serão abatidos nas obrigações relativas aos exercícios com maior antiguidade, sempre em consideração aos mais recentes.

Art. 16 – É permitida a expedição de certidão positiva, com efeitos de negativa, nos termos do CTN: art. 206, em relação a bem imóvel específico e inscrição cadastral específica, conferindo a pontualidade no cumprimento da dívida tributária decorrente da adesão ao PROGRAMA e o documento conterá a informação de que a obrigação se encontra suspensa, conforme a referida adesão, e terá validade até a data do vencimento da parcela seguinte.

Art. 17 - Os valores devidos e relativos a custas judiciais e despesas processuais não estão sob a égide desta Lei Complementar e deverão ser pagos, pelos meios adequados, ao ente credor (Tribunal de Justiça de São Paulo, Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça etc.), na forma da lei e sob instruções expedidas pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

2025 I Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Parágrafo único – Quando da quitação de custas judiciais e despesas processuais, relativas às respectivas execuções fiscais, o sujeito passivo deverá apresentar as cópias de comprovação correspondentes, diretamente na Procuradoria Jurídica Municipal, destinadas à devida juntada aos autos judiciais.

Art. 18 - Na hipótese de existência de protesto de qualquer valor alusivo à dívida tributária, objeto da adesão ao PROGRAMA, a emissão de carta de anuência ou documento equivalente, pela Procuradoria Jurídica Municipal, à respectiva suspensão da exigibilidade ou baixa, esta última condicionada a adimplência completa do avençado na adesão, será da inteira responsabilidade do contribuinte, assim como o pagamento de todos os custos cartorários, notadamente os respectivos emolumentos, nos termos da Lei Federal nº 9.492/1.997.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 – As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente e suplementadas, existindo a necessidade.

Art. 20 – Esta Lei Complementar entra em vigência, nada de sua publicação.

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 261 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ONEROSA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO COM FERRAMENTAS DE GESTÃO E TECNOLOGIA, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E DESEMPENHO PARA A LOGÍSTICA DE ARMAZENAMENTO DE AUTOS E OBJETOS ABANDONADOS EM VIAS PÚBLICAS OU INFRATORES À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, INCLUINDO A GESTÃO POR CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL MUNIDO DE SISTEMA INFORMATIZADO POR SOFTWARES E APLICATIVOS, PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO TÉCNICA, ORGANIZAÇÃO E APOIO AO PODER PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DE VEICULOS, NO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS/SP.

GREGóRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal de PIRAPORA DO BOM JESUS, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Pirapora do Bom Jesus os serviços públicos de Administração com ferramentas de gestão e tecnologia, monitoramento, avaliação de qualidade e desempenho para logística de armazenamento de autos e objetos abandonados nas vias públicas ou infratores à legislação de trânsito, incluindo a gestão por centro de controle operacional munido de sistema informatizado por software e aplicativos, preparação, planejamento, avaliação técnica, organização e apoio do poder público para alienação de veículos, no âmbito do município de Pirapora do Bom Jesus/SP.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal executará os serviços decorrentes desta Lei mediante concessão de serviço público, através de regular processo licitatório.

Art. 3º. Caberá ao Departamento Municipal de Transito, vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Pública gerenciar, controlar e executar as atividades de trânsito em todo o território municipal e adotar as medidas necessárias para a implementação de todos os serviços.

Art. 4º. O processo licitatório terá como critério de julgamento, a maior oferta de outorga (repasse), baseando-se em valores oriundos de Estudo de Viabilidade Econômico-Financeiro.

§ 1º. O mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total bruto mensal, arrecadado referente aos serviços prestados pelo concessionário, serão repassados para a municipalidade.

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

§ 2º. Para que os objetivos almejados neste estudo sejam alcançados, a comissão de licitações e contratos deverá avaliar as propostas e plano de negócios enviadas pelas interessadas em contratar com a Prefeitura.

§ 3º. A avaliação deverá ser feita em comparação ao Estudo de Viabilidade Econômico-Financeiro anexo ao edital, de forma a analisar a exequibilidade da presente concessão, observando as exigências mínimas do projeto e de execução total do contrato.

§ 4º. A proponente deverá comprovar que sua proposta é totalmente exequível e os valores apresentados devem representar a realidade atual e de acordo com Estudo de Viabilidade Econômico-Financeiro, não permitindo benefícios dependentes de interpretações diversas ou itens que não constam no estudo, e a Comissão de Licitações poderá solicitar esclarecimentos, se necessário.

§ 5º. Os valores de outorga propostos só poderão ser aceitos se a Taxa Interna de Retorno – TIR do projeto for positiva, conforme o referido Estudo de Viabilidade Econômico-Financeiro. TIR negativa demonstra que o projeto não é exequível ou sustentável e dessa forma o plano de negócios não poderá ser aceito.

§ 5º. Os custos deverão ser compatíveis com o mercado e não serão admitidos em nenhuma hipótese ou sob qualquer alegação, no plano de negócios, custos negativos ou zerados a fim de não configurar jogo de planilha ou favorecimento de proposta.

Art. 5º. As receitas que comporão os valores de outorga a serem pagos mensalmente, serão oriundos das liberações do dia a dia, respectivamente as tarifas de remoção e estadia dos veículos liberados aos proprietários.

§ único. A receita de leilões não compõe os valores para cálculo da outorga mensal e tem seu repasse estabelecido conforme legislação vigente.

Art. 6º. A concessão permitirá o reequilíbrio econômico-financeiro, caso os objetivos principais e estabelecidos não possam ser cumpridos por fatos alheios à Administração.

Parágrafo Único. Caso a quantidade mínima mensal de apreensões não seja atingida e para garantir que haja um mínimo equilíbrio econômico-financeiro para a manutenção da qualidade da prestação dos serviços pela Concessionária, a diferença à menor na quantidade de remoções poderá ser descontada do valor de outorga mensal devido pela Concessionária.

Art. 7º. Caberá à concessionária a organização, promoção e execução do leilão, dentro da Legislação vigente.

Art. 8º. O recolhimento e a liberação dos veículos automotores e bens ao Concessionário serão precedidos de autorização da Autoridade Estadual de Trânsito, da Administração Municipal ou outra entidade responsável, em conformidade com as suas respectivas competências.

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Parágrafo único. A liberação do veículo será providenciada mediante a comprovação do pagamento de todas as taxas ou tarifas, ou seja, de remoção e estadia ou outras, do veículo apreendido e/ou depositado no pátio.

Art. 9º. Não serão removidos veículos de ordem judicial e não haverá isenções para os serviços prestados.

Art. 10. O Município poderá celebrar convênio para Pátio unificado com outros órgãos que pertencem ao Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 11. Habilitada a empresa por meio de processo licitatório a Concessão do serviço será pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável, por igual período, a critério e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Para os casos não previstos nesta Lei deverá prevalecer o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Concessões e Permissões), novas disposições legais que substitua, altere ou complementem as elencadas neste artigo e no contrato de Permissão do serviço tratado nesta Lei.

Art. 13. As receitas oriundas da outorga serão destinadas à com manutenção e sinalização das vias públicas.

Art. 14. O reajuste das tarifas de remoção e estadia serão fixados por decreto do Poder Executivo Municipal utilizando-se por parâmetro os índices tarifários estabelecidos por decreto, sendo reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso da extinção desse índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 15. Fica proibido o abandono e a permanência nos logradouros públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus, de veículos automotores sem condições de circulação, nos termos desta lei.

§ 1º. O proprietário ou possuidor, deverão guardar em local adequado os veículos sem condições de circulação.

§ 2º. Fica extensivo no que diz respeito ao proprietário, também ao possuidor em todos os termos da referida Lei.

Art. 16. Na hipótese de não ser possível identificar o possuidor, será notificado através do Diário Oficial do Município, para querendo venha realizar toda a defesa em lei permitida.

Art. 17. Compete à Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, no exercício do poder de polícia, a fiscalização e autuação do veículo automotor abandonado nos logradouros públicos.

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Parágrafo único. É da competência da Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária, fiscalizar, autuar, requerer a remoção, a quem infringir contra a saúde pública, realizando abandono de veículo em logradouro público.

Art. 18. Fica criada a Comissão de julgamento na esfera administrativa, com a seguinte composição: **Presidente:** representante da Secretaria Municipal de Segurança Pública; - **Secretário:** Representante da Secretaria de Administração e Finanças; - **Membro:** Representante da Secretaria de Saúde, nomeados por Decreto do Sr. Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A participação na Comissão será gratuita e constituirá serviço público relevante.

Art. 19. Considera-se sem condições de circulação, os veículos que:

I - em fiscalização pelo órgão competente, não estejam dotados dos requisitos, especificações e documentações estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, e legislação correlata;

II - com a falta de um, alguns ou todos os vidros: frontal, traseiro ou lateral, quando for de sua característica;

III - sem pneus ou rodas;

IV - com um ou mais pneus furados, sem qualquer sinalização de alerta de providência para o conserto;

V - sem um ou mais faróis e demais luzes de sinalização de trânsito;

VI - com a lataria enferrujada ou faltante;

VII - sem motor ou motor danificado;

VIII - sem emplacamento, ressalvadas as limitações permitidas pela Lei Federal para os veículos em fase de emplacamento;

IX - apresentar problemas em qualquer item veicular que impeça a locomoção do mesmo.

Parágrafo único. A caracterização do veículo sem condições de circulação de que trata este artigo poderá se dar pela verificação de uma ou mais das hipóteses nele previstas.

Art. 20. O veículo automotor encontrado nos logradouros públicos do município nas condições do artigo 5º, será identificado através de suas placas ou chassi e o proprietário, constante nos cadastros dos órgãos de trânsito, será notificado para removê-lo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de remoção forçada e aplicação da penalidade de multa pecuniária, no valor de 10 (dez) VRMs – Valor de Referência Municipal.

Parágrafo único. O valor da multa será recolhido aos cofres da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, para o custeio das despesas com manutenção e sinalização das vias

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 I Edição nº 164/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

públicas.

Art. 21. O proprietário notificado poderá apresentar defesa no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento da notificação, justificando a impossibilidade de remoção, cuja defesa será analisada pela autoridade competente e proferida decisão, em igual prazo.

Parágrafo único. O proprietário será notificado da decisão proferida para ciência e, caso esta não seja acolhida, terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para remoção do veículo a contar do recebimento da notificação.

Art. 22. A não remoção do veículo nos prazos acima estipulados caracterizará a intenção de abandono de bem móvel, ficando o agente fiscalizador autorizado a solicitar junto à Polícia Militar a remoção forçada e providenciar a destinação própria ao veículo, cujas despesas serão repassadas ao proprietário do mesmo, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa pecuniária.

Art. 23. O veículo removido ficará sob a guarda da Concessionária credenciada para prestação do serviço de pátio, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, período em que o proprietário poderá providenciar a retomada do veículo, mediante pagamento da multa aplicada, despesas pela remoção e guarda do veículo, bem como eventuais débitos que incidam sobre o veículo.

Parágrafo único. Após este período, se não houver a retomada por parte do proprietário, a Concessionária poderá levar o veículo à leilão e o produto da venda será utilizado para ressarcimento das despesas geradas pelo mesmo.

Art. 24. Se o proprietário ou possuidor, ao receber a notificação pela primeira vez, proceder a remoção voluntária do veículo no prazo estipulado no art. 6º e voltar a abandoná-lo, restará configurada a reincidência, ocasião em que a multa prevista no artigo 6º será aplicada em dobro e a remoção será forçada, seguindo-se o procedimento acima estipulado, independentemente do prazo transcorrido entre a primeira e a segunda ocorrência.

Parágrafo único. A multa prevista no "caput" desse artigo será aplicada mesmo que ocorra a remoção voluntária do veículo por seu proprietário ou possuidor.

Art. 25. Caso o proprietário ou possuidor volte a abandonar o veículo pela terceira vez, configurando novamente a reincidência, o veículo será imediatamente removido, sem prévia comunicação ao proprietário reincidente e a multa prevista no art. 6º e parágrafo único será novamente aplicada em dobro, independentemente do prazo transcorrido entre a primeira e a terceira ocorrência.

Art. 26. Considera-se abandonado também, o veículo que, embora em condições de circulação, ficar estacionado em logradouro público por período superior a 10 (dez) dias consecutivos e não for removido após a notificação para tanto, ficando o proprietário ou possuidor sujeito as penalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 27. O procedimento a ser adotado pelo agente fiscalizador será regulamentado pelo Executivo a contar da publicação desta lei.

Art. 28. Esta lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

Art. 29. Esta lei entra em vigor da data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial a **Lei Complementar nº 134 de 15 de outubro de 2.012.**

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

LEI ORDINARIA Nº 1.392 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.025.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026 A 2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de PIRAPORA DO BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º da Constituição Federal, estabelecendo para o referido período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos desta Lei.

§ 1º - O disposto nesta Lei compreende todos os órgãos da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 2º - Fazem parte desta lei, relativamente ao PPA, os seguintes anexos:

I. Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;
II. Descrição dos Programas Governamental / Metas / Custos;
III. Unidades Execução e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
IV. Estrutura de órgão, Unidade Orçamentaria e Executoras.

§ 3º - Fazem parte desta lei, relativamente à Lei nº 1361, de 27 de junho de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, os seguintes anexos:

V. Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;
VI. Descrição dos Programas Governamentais / Metas / Custos;
VII. Demonstrativos de Riscos Fiscais e Providencias;
VIII. Metas Fiscais:
a) Metas Anuais;
b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
c) Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
d) Evolução do Patrimônio Líquido;
e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
f) Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
g) Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
h) Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
i) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

§ 4º - Ficam substituídos os anexos I e II da Lei nº 1361, de 27 de junho de 2025, pelos anexos VII e VIII desta Lei, dispostos no § 3º deste artigo.

§ 5º - Ficam incluídos na Lei nº 1361, de 27 de junho de 2025, os anexos V e VI desta Lei, dispostos no § 3º deste artigo.

Art. 2º - As estimativas de valores de receita e de despesas dos programas e ações constantes dos anexos desta lei, bem como suas metas fisicas anuais, foram fixadas de modo a

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS PROCURADORIA GERAL

conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual.

§ 2º - As leis orçamentárias anuais para o período de 2026 a 2029 devem ser compatíveis com os programas e metas constantes desta lei, observado o disposto no "caput" deste artigo.

§ 3º - As metas referidas no "caput" deste artigo norteiam as ações da Administração Municipal e correspondem a quantidades e valores estimados, não constituindo limites para o cumprimento dos objetivos do plano de que trata esta lei.

§ 4º - As codificações de programas e ações constantes do Plano Plurianual serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e nos projetos que as modifiquem.

Art. 3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei que trate de modificação na estrutura orçamentária, ou que visem à readequação dos créditos orçamentários constantes na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações a se efetivar na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as Metas Fiscais estabelecidas, adequando-as a despesa orçada e a receita estimada em cada exercício, assegurando o permanente equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 I Edição nº 164/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

LEI ORDINARIA Nº 1.393 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2,025.

ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO, Prefeito Municipal de PIRAPORA DO BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei fixa o orçamento fiscal e da seguridade social do Município de Pirapora do Bom Jesus para o exercício de 2026, compreendendo:

I- O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais e órgãos da administração Direta e Indireta;

II- Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta;

Art. 2º - A receita orçamentária é estimada na forma da legislação em vigor em Lei, em R$ 127.900.000,00 (cento e vinte e sete milhões e novecentos mil reais).

Art. 3º - A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com estimativa constante do seguinte desdobramento:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
RECEITAS CORRENTE	
Receita Tributária	**13.908.000,00**
Receita de contribuições	**950.000,00**
Receita Patrimonial	**1.610.000,00**
Transferências Correntes	**109.778.000,00**
Outras Receitas Correntes	**627.600,00**
(-) Deduções para a formação do FUNDEB	**(12.043.600,00)**
SUBTOTAL	**114.830.000,00**
II ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
RECEITAS CORRENTES	
Receitas de contribuições	**3.695.000,00**
Outras Receitas	**245.000,00**
Receitas de Contribuição – Intraorçamentárias	**9.130.000,00**
TOTAL	**127.900.000,00**

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

Art. 4º - As despesas serão realizadas segundo a discriminação constante dos quadros demonstrativos de órgãos e funções de governo e por área de abrangência, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

I - POR ÓRGÃOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 – Poder Executivo	**111.030.000,00**
02 – Poder legislativo	**3.800.000,00**
SUBTOTAL	**114.830.000,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
03 – Instituto de Previdência de Pirapora do Bom Jesus	**13.070.000,00**
TOTAL	**127.900.000,00**
II - POR FUNÇÕES DO GOVERNO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 - Legislativa	**3.800.000,00**
03 – Essencial à Justiça	**1.712.000,00**
04 - Administração	**11.591.600,00**
06 – Segurança Pública	**5.222.600,00**
08 – Assistência Social	**4.856.000,00**
10 – Saúde	**24.990.700,00**
12 - Educação	**42.607.600,00**
13 - Cultura	**1.214.000,00**
15 - Urbanismo	**8.991.500,00**
17 - Saneamento	**2.000,00**
18 – Gestão Ambiental	**22.000,00**
23 – Comércio e Serviços	**743.000,00**
27 – Desporto e Lazer	**1.827.000,00**
28 – Encargos Especiais	**6.350.000,00**
99 – Reserva de Contingência	**900.000,00**
SUBTOTAL	**114.830.000,00**
III - POR ÓRGÃOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
09 – Previdência Social	**7.917.000,00**
99 – Reserva de Contingência	**5.153.000,00**
SUBTOTAL	**13.070.000,00**
TOTAL	**127.900.000,00**
ORÇAMENTO FISCAL	
Poder Executivo	**100.689.500,00**
Poder legislativo	**3.500.000,00**
Previdência Social	**13.003.500,00**
SUBTOTAL	**117.193.000,00**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	**10.707.000,00**
TOTAL	**127.900.000,00**

Art. 5º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Abrir créditos adicionais suplementares até limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento total da despesa fixada no artigo 1º desta lei, nos termos da legislação vigente, criando, se necessário, elementos de despesas de fontes de recursos de cada projeto, atividade ou operação especial;

III – Os créditos adicionais suplementares, aprovados por esta lei, serão abertos por decreto do Executivo;

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, observado o disposto no art. 7º, inciso I e no art. 43, ambos de Lei Federal 4320/64, os quais não onerarão o limite previsto no art. 5º desta Lei, a saber:

I – superávit financeiro apurado em balanço patrimonial diferença positiva entre ativo e passivo de exercícios anteriores e os provenientes de arrecadação a maior no exercício;

II – com recursos provenientes do excesso de arrecadação vinculado, que sejam destinados ao Município por outras esferas de governo ou entidades privadas ou pessoas, a título de transferências, a Fundo Perdido, Convênios, Operações de Crédito, Dotações e outros recursos, até o estrito limite de sua repercussão na receita orçamentária Municipal;

III – com recursos provenientes do excesso de arrecadação advindo da fonte de recurso do Tesouro o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, e a apuração do excesso de arrecadação será realizada por fonte de recurso;

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — PROCURADORIA GERAL

IV – Permutar valores entre elementos de despesas, dentro de uma mesma funcional programática, onde não altere o valor da ação, respeitando sempre a categoria econômica da despesa;

V – Total da dotação consignada como reserva de contingência, no segundo semestre.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo, observar as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a alterar o quadro de detalhamento da despesa, das ações de atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesas, sem onera o limite estabelecido no inciso II do art. 5°, desta Lei.

Art. 8º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes.

§ 1º Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender as demais despesas.

Art. 9º - Se for verificado pelo Executivo que o comportamento da receita e da despesa durante o exercício poderá levar ao descumprimento das metas de resultado fiscal, o montante de execução obrigatória das emendas parlamentares previstas no § 11 do art. 166 da Constituição poderá ser reduzido na mesma proporção da limitação de empenhos que vier a ser imposta na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 8º).

Art. 10 - As metas fiscais das receitas e das despesas e os resultados primário e nominal apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentarias do exercício de 2026.

Art. 11 - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Pirapora do Bom Jesus, 19 de dezembro de 2.025.

GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no D.O.M. Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirapora do Bom Jesus, nos termos da Lei Municipal nº 1.270/2023.

GISELE NOGUEIRA SASSO
PROCURADORA GERAL DO MUNICIPIO

Praça dos Poderes Municipais, 89 – Centro, Tel. (11) 4131-9191 /4131-9177
E-mail: procuradoria.pgm@piraporadobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Poder Legislativo

Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

Publicação anual de cargos e salários 2025

Vereador R$7.596,00; Diretor Geral R$5.225,14; Assessor Parlamentar R$2.915,29; Assessor Especial da Presidência R$3.981,29; Procurador Jurídico R$21.315,13; Oficial Administrativo Legislativo R$7.245,83; Ajudante Geral R$1.664,15.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

Diário Oficial

2025 I Edição nº 164/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Segunda-Feira, 22/12/2025

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

EXTRATO DE CONTRATO 2025

1 - CONTRATO Nº 01 DE 14 DE MARÇO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: UNANIMA CONSULTORIA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE MARCAS LTDA CNPJ : 06.954.075/0001-08
Objeto: contratação de empresa especializada em consultoria branding especializada em desenvolvimento e implementação de um sistema de identidade institucional para a Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, abrangendo a criação de identidade visual e verbal, estratégias de comunicação e materiais institucionais
Vigência: 02 meses
Valor global: R$ 31.280,00 (trinta e um mil e duzentos e oitenta reais).

2 - CONTRATO Nº 02 DE 02 DE ABRIL DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: COQUINHO COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA
CNPJ : 37.240.325/0001-51
Objeto: contratação de empresa para fornecimento de agua mineral para atender as necessidades da Câmara Municipal.
Vigência: 12 meses
Valor global: R$ 6.620,16 (seis mil e seiscentos e vinte reais e dezesseis centavos).

3 - CONTRATO Nº 03 DE 02 DE ABRIL DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: XANDÃO COMERCIO E VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL
CNPJ :45.744.680/0001-96
Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de produtos de limpeza, descartável e alimentos estocáveis para consumo da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Vigência: 12 meses
Valor global: R$ 46.354,84 (quarenta e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) .

4 - CONTRATO Nº 04 DE 09 DE MAIO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE
CNPJ :61.600.839/0001-55
Objeto: cooperação recíproca visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, através de operacionalização de programas de estagio a estudantes
Vigência: 02 meses
Valor global: R$ 57.201,60 (cinquenta e sete mil e duzentos e um reais e sessenta centavos)

5 - CONTRATO NºOS DE 08 DE JULHO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: MARTINS ENGENHARIA EIRELI - EPP
CNPJ :22.543.939/0001-35
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e reparos prediais (civil, elétrica e hidráulica) com fornecimento de matérias, equipamentos e mão de obra, nas dependências da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, conforme planilha anexa.
Vigência: 08 de julho de 2025 a 07 de setembro de 2025.
Valor global: R$ 55.170,40 (cinquenta e cinco mil e cento e setenta reais e quarenta centavos).

1

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

6 - CONTRATO Nº 06 DE 14 DE AGOSTO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: ALVES COMUNICAÇÃO E FILMAGENS LTDA
CNPJ : 61.031.330/0001-39
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gravação, transmissão ao vivo e disponibilização de sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e eventos da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, com transmissão simultânea via Youtube e Facebook.
Vigência: 06 meses
Valor global: R$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais.

7 - CONTRATO Nº 07 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: IMA COACHING, TREINAMENTOS E TERAPIAS LTDA
CNPJ : 23.963.060/0001-05
Objeto: prestação de serviços de capacitação presencial sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos lei 14.133/2021.
Vigência: 01 mês
Valor global: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

8 - CONTRATO Nº 08 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: WR COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA
CNPJ : 59.813.125/0001-83
Objeto: prestação de serviços de assessoria de imprensa, gerenciamento e alimentação das redes sociais oficiais da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus, abrangendo elaboração e divulgação de matérias jornalísticas institucionais; produção de conteúdo digital e informativo; cobertura de eventos oficiais e sessões legislativas.
Vigência: 05 meses
Valor global: R$31.750,00 (trinta e um mil e setecentos e cinquenta reais).

9 - CONTRATO Nº 09 DE 03 DE OUTUBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: IMA COACHING, TREINAMENTOS E TERAPIAS LTDA
CNPJ : 23.963.060/0001-05
Objeto: Contratação de empresa especializada para ministrar dois cursos presenciais, sendo: I comunicação e oratória ; e II – orçamento publico e contabilidade publica, visando a formação de e atualização de servidores e agentes públicos da câmara municipal de Pirapora do Bom Jesus.
Vigência: 02 meses
Valor global: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

10 - CONTRATO Nº 10 DE 03 DE OUTUBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA
CNPJ : 07.797.967/0001-95
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online do BANCO DE PREÇOS, com base nos preços praticados pela administração publica referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados.
Vigência: 12 meses
Valor global: R$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

2

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

11 - CONTRATO Nº 11 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: AGENCIA OESTE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
CNPJ : 084.178.358-65
Objeto: Contratação de empresa especializada para o planejamento, organização e execução de atividade de acolhimento e evento pedagógico-lúdico, destinado aos participantes das formações promovidas pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus.
Vigência: 30 dias
Valor global: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

12 - CONTRATO Nº 12 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: DB ESTACIONAMENTO LTDA
CNPJ : 06.244.126/0001-98
Objeto: locação de um veiculo do tipo sedan 1.0 flex, 2024/2025, cambio automático, direção hidráulica, conforme especificações constantes do anexo I termo de referencia da dispensa de licitação nº 15-2025.
Vigência: 12 meses
Valor global: R$49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais).

13 - CONTRATO Nº 13 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: HTEC BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ : 23.197.010/0001-64
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Telefonia VOIP (fixa e móvel), com fornecimento de aparelhos IP compatíveis com protocolo SIP, ramais virtuais, PABX Virtual e gestão de Linhas E1
Vigencia: 12 meses
Valor global: R$48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

14 - CONTRATO Nº 14 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: Nogueira Vidros
CNPJ : 50.820.843/0001-02
Objeto: Fornecimento e instalação de cortinas/persianas para as dependências da Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Vigência: 30 dias
Valor global: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

15 - CONTRATO Nº 15 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: king Plan serviços especializados ltda
CNPJ : 43.609.771/0001-93
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elevador de passageiros, com capacidade de 300 kg (4 passageiros) e 3 paradas,. Pirapora do Bom Jesus
Vigência: 12 meses
Valor global: R$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais)

3

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus

16 - CONTRATO Nº 16 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: JEFFERSON DA SILVA
CNPJ : 13.651.111/0001-00
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, bem como manutenção preventiva e corretiva, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
Vigência: 30 DIAS
Valor global: R$12.997,50 (Doze mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

17 - CONTRATO Nº 17 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025
Contratante: Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus
Contratada: IMA COACHING, TREINAMENTOS E TERAPIAS LTDA
CNPJ : 23.963.060/0001-05
Objeto: Contratação de empresa especializada para ministrar treinamento relacionado ao tema balanço social na gestão publica transparência e responsabilidade.
Vigência: 02 meses
Valor global: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

4

Pirapora do Bom Jesus-SP, 22 de dezembro de 2025

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D e informe o código 0D7B-342E-BBCD-103D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0D7B-342E-BBCD-103D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 22/12/2025 16:47:27 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/0D7B-342E-BBCD-103D